

**GT EA NO LICENCIAMENTO  
NO ÂMBITO DO SISNAMA  
COM VISTAS À  
IMPLEMENTAÇÃO DO ART 6º  
DO DECRETO 4281\02:**

- As empresas devem ser consultadas e devem participar da regulamentação da EA no Licenciamento;
- Definição mais clara dos papéis de atuação dos diferentes atores nos Programas/Projetos de EA no Licenciamento: DEA, NEAs, Universidades, empresa, órgãos licenciadores, poder público, sociedade civil, sujeitos das ações educativas;
- Necessidade de Diagnóstico Participativo com as comunidades afetadas pelos empreendimentos, assim como a divulgação dos seus resultados e sua utilização para o planejamento das ações futuras com o envolvimento do poder público;
- Alinhamento das empresas que estão atuando na mesma área, para que dessa forma sejam construídos programas mais consistentes. Os órgãos ambientais devem ser articuladores junto aos empreendedores para o direcionamento de um PEA para as comunidades daquele território;

- Envolvimento das Instituições de Ensino Superior nos Programas/Projetos inseridos no Licenciamento;
- Divulgação da experiência acumulada pelos diferentes órgãos licenciadores na gestão de Programas/Projetos inseridos no Licenciamento;
- Criar uma rotina de comunicação entre as empresas para que estas de forma coletiva e minimamente organizada passem a dialogar com o órgão ambiental. Esta comunicação deve ser feita pelas instituições representativas dos setores;
- Diálogo das atividades de Responsabilidade Social com as atividades do Licenciamento, com o objetivo de serem elaborados Programas evitando, dessa forma, a sobreposição de ações;

- Necessidade de acompanhamento e avaliação das ações de EA durante todo o processo (desde a fase de elaboração do programa) e que este seja participativo considerando o impacto das ações. Trabalhar na elaboração de indicadores.
- Trabalho conjunto entre o Ministério das Cidades e o MMA para a definição das diretrizes das ações de EA com o reatamento no normativo interno dos agentes operadores dos Programas;
- Coordenação e definição das linhas de atuação pelos órgão ligados ao desenvolvimento social para as ações geradas pelos Programas/Projetos de EA;
- Que todo município tenha como condicionante a EA no Licenciamento;
- Criar diretrizes para: comunicação social, qualificação da participação da sociedade nas audiências públicas;

- Melhor qualificação das equipes técnicas que desenvolvam ações de EA no Licenciamento;
- Sugere-se que não seja elaborada uma condicionante padrão, especialmente para pequenos e médios empreendimentos, uma vez que cada empreendimento tem sua especificidade e tipologia;
- Elaboração de material educativo por parte do licenciador para empresas licenciadas evidenciando ações e resultados de condicionantes de EA;
- Uso de metodologias participativas sem especificação de ferramentas com as seguintes etapas: reconhecimento do local, mobilização social, diagnóstico participativo e a estruturação das linhas de atuação das ações e projetos privilegiando as ações articuladas e regionalizadas com o compartilhamento dos dados entre as empresas sob a coordenação dos órgãos ambientais.

# ENCAMINHAMENTOS:

- Próximo encontro entre os órgãos licenciadores do SISNAMA;
- Elaboração de uma Minuta neste próximo encontro dos órgãos licenciadores do SISNAMA para consulta pública.